



Assembleia Municipal de Mação

Acta N.º 9 - 2021/2025

Data da Sessão : 27 de abril de 2023

Início da sessão: 10:00 horas

Términus da Sessão: 13:00 horas

A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.

Membros da Assembleia Municipal de Mação presentes na sessão:

José Manuel Saldanha Rocha, Duarte Filipe Baptista de Matos Marques, José António dos Santos Almeida, Margarida Maria Marques Cardoso, Francisco Manuel Neto Dias Correia, César Augusto Mendes Dias, Vera Lúcia Marques da Silva, Catarina Alexandra Martins, Octávio Eusébio Rosa, Carla Isabel Silva Loureiro, Cláudia Sofia Marques Cordeiro, Daniel Fernando Marques Lopes Jana, Andreia Alexandra Valério Baço, Rogério Paulo Marques de Matos, Luís da Silva Pires, José Casimiro Gonçalves Pereira, Carlos Alberto Farinha Leitão, Carla Cristina Marques Martins, António Joaquim da Silva Alves, Rui Fernando Eusébio de Matos Dias, José Fernando Mendes Martins

Faltas Justificadas:

Pedro Manuel Marques Jana, Luís Filipe Aparício Lopes

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: Maria Manuela Martins Filipe

Cargo: Assistente Técnico

Assembleia Municipal de Mação

Acta N.º 9 - 2021/2025

27 de abril de 2023

-----INICIO-----

--- Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, pelas dez horas, reuniu em sessão ordinária, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Mação, a Assembleia Municipal do Concelho de Mação, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1) Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro.**
- 2) Análise, discussão e votação dos documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Mação, relativa ao ano de 2022;**
- 3) Análise do Parecer do Revisor Oficial de Contas;**
- 4) Substituição de representante da Assembleia Municipal na CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, eleito em sessão da Assembleia Municipal de 23 de fevereiro de 2021;**
- 5) Análise e eventual deliberação sobre autorização de início do procedimento - processo n.º 33/2023 – Fornecimento continuado de refeições escolares para EB1 e JI de Mação – ano letivo 2023/2024;**
- 6) Análise e eventual deliberação sobre autorização da despesa - processo n.º 32/2023 – Aquisição de serviços de seguros;**
- 7) Discussão e votação de proposta de 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Mação, para o ano de 2023.**
- 8) Discussão e votação de proposta de Regulamento para Atribuição Excecional de Incentivos à Fixação de Médicos na Unidade de Saúde de Mação;**
- 9) Eleição de 2 suplentes para os representantes da Assembleia Municipal de Mação na Assembleia da CIMT;**

Faltou a esta sessão, o vogal Pedro Manuel Marques Jana que justificou a sua falta em devido tempo e foi substituído pelo vogal Octávio Eusébio Rosa, o vogal Luís Filipe Aparício Lopes, que foi substituído pelo vogal José Casimiro Gonçalves Pereira.

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

Em seguida, o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão a acta referente à sessão ordinária de fevereiro de 2023, a qual foi aprovada por unanimidade.

Continuou informando os presentes sobre a correspondência recebida, que ficou à disposição dos membros da Assembleia para consulta e posteriormente ser arquivada em pasta anexa.

---A vogal Cláudia Cordeiro iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Continuou referindo que, relativamente às obras que estão a ser feitas na zona envolvente da praia fluvial de Ortiga, felicita a Câmara pois considera que a referida obra está com um enquadramento muito bom. Continuou a sua intervenção solicitando informação sobre se há algum acordo celebrado entre a Câmara Municipal de Mação e a EDP ou algum acordo que tenha permitido fazer aquela obra naquele local. Mais referiu que falta cerca de mês e meio para o início da época balnear e, como o Bar foi a concurso para concessão em conjunto com o Parque de Campismo, solicita informação sobre o procedimento e, se o mesmo ficar deserto qual será o procedimento seguinte. Terminou a sua intervenção referindo que a praia fluvial de Ortiga recebeu, recentemente, o Prémio Cinco Estrelas e seria uma pena se não tivesse o Bar a funcionar e toda a zona envolvente com condições para ser utilizada com qualidade e segurança e questiona qual a ideia da Câmara para esta época balnear.

---O vogal Duarte Marques iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Continuou referindo que, quando a Assembleia Municipal nomeou os seus representantes na Assembleia Intermunicipal da CIMT não nomeou suplentes para os mesmos e quando alguns dos representantes não pode comparecer não há ninguém para os substituir, o que considera que seria importante que, numa próxima sessão desta Assembleia fosse considerado um ponto para eleição de 2 suplentes dos representantes desta Assembleia Municipal na Assembleia Intermunicipal da CIMT. Continuou a sua intervenção referindo que, relativamente ao Regimento da Assembleia Municipal, há algumas sessões atrás foi feita uma tentativa de fazer uma proposta conjunta para o mesmo, mas depois não foi concretizada e considera que seria também um ponto a considerar na Ordem de Trabalhos da próxima sessão. Terminou a sua intervenção referindo que saiu, esta semana, no Jornal O Mirante, uma entrevista da arquiteta Elsa Severino, natural de Ortiga, onde faz declarações

que considera muito graves e considera muito importante o Sr. Presidente da Câmara explicar ou desmentir, pois o que se passa é que há uma acusação muito grave, numa área que considera muito sensível, que são os fundos europeus e, na referida entrevista dá-se a entender que o projeto dos passadiços de Ortiga que foi aprovado é diferente do projeto que foi executado e isso é um crime, pelo que aquela acusação é muito grave e, na sua opinião só pode ter três razões:

ou, de facto, a Câmara agiu mal, e daquilo que conhece do Presidente da Câmara, sabe que o mesmo é incapaz de o fazer;

ou a pessoa não tem noção do que fala, é leviana e não sabe que um projeto que foi pensado não foi aquele que foi apresentado no momento da candidatura;

ou a pessoa é uma tonta que não sabe do que fala, mas que fala de uma coisa qualquer que não é a realidade.

Mais referiu que é muito importante que o Sr. Presidente da Câmara esclareça este assunto pois a acuação é grave e deixa-o preocupado. Mais referiu que gostaria também de perceber a questão dos passadiços, se a Câmara, a Junta de Freguesia ou outras pessoas mantêm a sua ideia.

---O vogal Rui Dias iniciou a sua intervenção referindo que, relativamente ao assunto do Veterinário Municipal, que foi falado na passada sessão desta Assembleia, no final da mesma foi falar com os outros Presidentes de Junta e, efetivamente, no ano de 2022, o Veterinário Municipal passou por todas as freguesias do concelho à exceção da Freguesia de Ortiga, tendo sido no dia 21 de setembro de 2021 a última vez que lá esteve, mas os cães estão todos vacinados, já sabe como proceder nesta matéria e quando as pessoas de Ortiga necessitam de vacinar os seus cães informa as mesmas como devem proceder e é a última vez que vai falar neste assunto. Continuou a sua intervenção referindo que, relativamente ao assunto já abordado pelo vogal Duarte Marques, sobre a entrevista da arquiteta Elsa Severino no jornal O Mirante, custou-lhe bastante ler a referida entrevista. Relativamente aos passadiços de Ortiga, referiu que acompanhou o projeto desde a primeira hora, tendo feito até o percurso, antes de ter sido feito qualquer trabalho, com o Sr. Presidente Vasco Estrela, com o Sr. Vereador António Louro e com funcionário da empresa contratada pela Câmara para fazer a obra, bem como mais tarde

acompanhou sempre o Eng^o Nelson Grácio, responsável da Câmara pelo acompanhamento e fiscalização da obra e tudo o que é dito na entrevista pela Sr^a Arquiteta sobre os passadiços é tudo mentira, é uma autêntica calamidade o que é dito. Relativamente ao Núcleo Museológico da Ortiga referiu que foi uma obra paga pela Câmara, com o apoio da Junta de Freguesia e, quando tomou posse, com o novo executivo, bateram-se para que o projeto não fosse para a frente e, se o mesmo foi alterado, foi porque a Junta de Freguesia pediu a alteração e se juntou com a Câmara (Eng^o Louro) e a arquiteta e foi feito um desenho que teve consenso para a parte de fora da escola, que não tinha jeito nenhum e a Câmara conseguiu um consenso para alterar o referido projeto e levar a efeito a obra. Em relação à Fonte do Dr. João Oliveira Casquilho, tinha sido entregue um projeto pela Sr^a arquiteta à Junta de Freguesia em mandato anterior ao seu, que foi efetivamente oferecido à Junta de Freguesia, mas que deveria ser feito pela empresa da mesma e custava 80.000,00€ e, como a Presidente da Junta da altura não tinha esse dinheiro, não executou o referido projeto. Mais informou que, quando tomou posse, foi-lhe passado o referido projeto, que não executou e mandou fazer um projeto, em Abrantes, para a referida fonte, que foi executada e ficou em cerca de 20.000,00€, pelo que, quase 10 anos depois, conseguiu uma redução do preço da obra da fonte de cerca de 60.000,00€ e está lá uma obra digna. Referiu ainda que a Sr^a. Arquiteta Elsa Severino faz grandes projetos, coisas megalómanas que não se adequam à realidade e, como Presidente da Junta de Ortiga declarou que apresenta toda a sua solidariedade ao Sr. Presidente da Câmara Vasco Estrela e que vai onde for preciso, testemunhar todos os factos que aqui relatou, seja na comunicação social, seja em tribunal, pois aquilo que está escrito no jornal O Mirante até aos ortiguenses incomoda por ser muitas mentiras. Terminou a sua intervenção dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara e disponibilizando-se para o acompanhar onde entender para testemunhar sobre este assunto, onde e quando o Sr. Presidente da Câmara entender.

--- O vogal José António Almeida iniciou a sua intervenção deixando um reconhecimento pela intervenção do vogal Rui Dias relativamente à entrevista da arquiteta Elsa Severino, no jornal O Mirante, que demonstra o nível de carácter do mesmo e isso tem de ser sublinhado porque consegue colocar este assunto acima de qualquer querela política e apresenta o seu reconhecimento

por esse facto. Continuou a sua intervenção referindo que veio para a discussão pública, nas últimas semanas, uma nova proposta de localização do novo aeroporto e esta proposta é algo que Mação pode tirar algum interesse ou mesmo muito interesse. Continuou lendo a seguinte Moção:

“Com a situação de esgotamento do atual aeroporto de Lisboa, surgiu uma discussão nacional sobre o que fazer. Manter o atual aeroporto e construir uma nova infraestrutura para funcionar em conjunto e assim alargar o tempo útil do aeroporto em funções ou então construir um novo aeroporto de raiz. Surgiram várias propostas, tendo, nos últimos tempos, aparecido a opção Santarém. A centralidade, a proximidade de ligações ferroviárias e rodoviárias, o investimento privado, são argumentos fortíssimos para que esta localização seja a escolhida. Assim, a bancada do Partido Social Democrata apresenta uma Moção de apoio à localização do aeroporto na região de Santarém dado que se apresenta, de longe, a melhor solução em termos funcionais, económicos e, acima de tudo, de coesão territorial dada a centralidade. Por motivos óbvios, Mação irá ganhar muito com esta solução e não pode ficar alheio à mesma.”

Em seguida solicitou à Mesa a admissão da referida Moção, a sua discussão e votação.

--- O vogal Daniel Jana informou que a bancada do Partido Socialista tinha, para apresentar, uma Moção de igual teor e considera que a referida bancada se disponibiliza para se associar à Moção apresentada e poder-se-á fazer uma Moção conjunta que será da Assembleia Municipal de Mação.

---O vogal José António Almeida concorda que seja uma Moção da Assembleia Municipal de Mação, subscrita por todos os seus membros, e enviada ao Sr. Primeiro Ministro e ao Sr. Ministro das Infraestruturas.

Foi assim deliberado por unanimidade a elaboração de uma Moção conjunta, com o teor da apresentada e que deverá ser enviada ao Moção da Assembleia Municipal de Mação, subscrita por todos os seus membros, e enviada ao Sr. Primeiro Ministro e ao Sr. Ministro das Infraestruturas.

--- O vogal José Fernando Martins iniciou a sua intervenção referindo que, relativamente ao Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas, que mencionou na sessão de fevereiro, o Sr. Presidente informou, na altura, que o mesmo já tinha sido alterado, o que

registou com agrado, mas ontem verificou que o mesmo continua sem ter sido publicado no site do Município, e ainda lá está o anterior e deixa a recomendação à Câmara para que o site também seja atualizado. Continua a sua intervenção referindo que a estrada de Aboboreira/Lameira, sobre a qual já falou com o Sr. Presidente, é uma estrada com muito movimento, não tem sinalização vertical nem sinalização horizontal, tem a faixa de rodagem estreita, foi colocada massa betuminosa nas bermas, não permitindo o cruzamento de viaturas em condições e solicita à Câmara uma intervenção naquela estrada. Continuou referindo que, a aldeia da Serra tem uma grande parte de estrada municipal que atravessa a aldeia toda e tem valetas em terra e solicita à Câmara que olhe para aquela situação e que pudesse fazer ali umas valetas com mais dignidade, pois ainda é uma grande extensão. Mais referiu que, relativamente à urbanização Outeiro da Forca, há uma situação que o preocupa, a Câmara investiu naquele local bastante dinheiro, fazendo arruamentos, redes de água, esgotos e eletricidade e agora o que temos lá são lotes que são uma autentica floresta, com pinheiros, mas sujos e quando falamos tanto em limpeza de terrenos e do espaço urbano, em faixas, e depois temos, dentro da nossa vila, situações destas e, apesar dos lotes serem privados questiona se a Câmara tem algum instrumento legal que possa obrigar aqueles lotes, que são urbanos, onde a Câmara fez investimento, que ao menos possam estar limpos pois são lotes para construção e é esta a sua preocupação pois em 2017 o fogo entrou pela vila de Mação porque haviam situações destas e isto preocupa-o. Termina referindo o projeto de irradiação das áquias, que está a decorrer em algumas zonas do concelho de Mação, tem acompanhado o que tem estado a ser feito na União de Freguesias, e efetivamente a floresta fica bonita e aquilo que questiona é quais são as garantias que são dadas relativamente à funcionalidade daquilo pois a áquia é uma árvore muito pacifica quando não é atacada, mas quando é atacada torna-se violenta e propaga-se da forma que todos nós conhecemos e, quando veio o fogo, ela foi atacada, as sementes pulverizaram e surgiu aquilo que vemos e, neste momento ela está a ser atacada porque está a ser cortada e as semente vão reagir e o que pergunta é se isto está previsto, se há condições para ter certezas que naquele espaço onde está a ser feita a intervenção, as áquias

não voltam daqui a um ano ou dois, fruto destas sementes que agora foram atacadas.

--- O vogal Daniel Jana iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Continuou a sua intervenção referindo que, conforme foi dito pelo vogal Duarte Marques, considera importante que fossem eleitos os suplentes dos representantes da Assembleia Municipal na Assembleia Intermunicipal da CIMT, pois nem sempre os representantes têm possibilidade de ir a todas as sessões e assim era um forma do concelho de Mação estar representado, se houvesse suplentes. Continuou referindo que, relativamente ao levantamento feito pela Câmara sobre as casas devolutas, questiona se esse trabalho vai ter algum desfecho relativamente à taxa de IMI. Continuou a sua intervenção questionando o Sr. Presidente sobre se o mesmo tem alguma novidade sobre o assunto da creche. Terminou a sua intervenção referindo que teve conhecimento que é muito elevado o que a Tejo Ambiente cobra pelo aluguer dos contentores e serviço de recolha dos mesmos nas festas de verão do nosso concelho e questiona se haverá alguma forma da Câmara dar algum apoio às associações nesse sentido, ou se está alguma coisa prevista nesta matéria.

--- A vogal Carla Loureiro iniciou a sua intervenção felicitando a Câmara, a Proteção Civil, os Bombeiros e as associações pelos simulacros que realizaram no Pereiro e em Chão de Lopes. Mais referiu que considera que os mesmos deveriam ser replicados pois, nesta altura, devemos começar a olhar para o que aí vem em termos de verão e das temperaturas, de uma maneira diferente do que temos olhado, pois o nosso concelho já é frágil, tem sido um dos mais sacrificados com a questão dos incêndios e avizinha-se um verão muito quente e, por isso, este tipo de iniciativas devem ser feitas em mais localidades. Continuou deixando uma palavra de felicitações às Associações do nosso Concelho pois estamos em abril e tem havido muitos eventos, o que considera uma coisa extraordinária, tem sido muito alegre e tem sido uma maravilha e pensa que a Câmara deve olhar para as associações sempre com muito carinho, como sabe que o faz, mas se for possível faça ainda um pouco mais. Mais referiu que, nesta matéria, chamou-lhe a atenção a questão dos direitos de autor relativamente àquilo que são os montantes que as associações têm de pagar cada vez que realizam uma festa e refere que não sabe se seria possível

fazer alguma coisa de for a que estes direitos de autor não fossem uma verba tão pesada para as associações, pois tem conhecimento de associações que pagaram montantes muito elevados para fazer uma festa. Terminou a sua intervenção referindo que, relativamente às AIGP's, as mesmas foram criadas e foi-lhe dito que iria ser criada uma página na internet onde as pessoas poderiam consultar, mas parece-lhe que ainda não existe e gostaria de ter alguma informação sobre isso. E ainda sobre a mesma matéria e sobre as reuniões que se têm realizado e tendo participado na de Penhascoso, refere que não houve mais informação depois disso e, como foi falado em OIGP's, gostaria de saber se já existem, pois quando há imagens torna-se mais fácil compreender as coisas. Questionou ainda sobre percentagem de proprietários que já aderiram a este projeto e como está a correr o trabalho relativamente ao mesmo.

---O Sr. Presidente iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes e agradecendo as questões que foram colocadas. Em seguida referiu que, relativamente às questões apresentadas pela vogal Cláudia Cordeiro e no que diz respeito às obras na envolvente da praia fluvial de Ortiga, também considera que as mesmas estão a ficar corretas e, relativamente à autorização da EDP para a construção que foi feita, referiu que toda aquela zona tem sido gerida, ao longo dos anos com alguma parcimónia, não foi pedida autorização à EDP pois, o que foi construído é amovível, à exceção dos postes e pode ser retirado se houver essa necessidade, mas o que foi feito é para ser usado e fruído por todas as pessoas e a Câmara partiu do princípio que, como tem sido sempre utilizado, que o que foi feito será uma mais valia para o espaço e tendo consciência que nada foi feito que já não tivesse sido feito, e que pode ser removido, à exceção dos pilares. Relativamente ao concurso, referiu que há uma proposta que irá à próxima reunião de Câmara para deliberação final e a concessão inclui o Bar e o Parque de Campismo e está prevista a utilização da torre de atividades por parte do concessionário.

Relativamente à intervenção do vogal Rui Dias e no que diz respeito ao Veterinário Municipal referiu que, em nome da Câmara, lamenta esta situação. Em relação à entrevista da arquiteta Elsa Severino, agradece as palavras e refere que este é um bom exemplo de porque é que não somos todos iguais e

muitas vezes as coisas acontecem porque, efetivamente, as pessoas não são todas iguais e, sobre este assunto falará posteriormente.

Em relação à Moção apresentada pelo vogal José António Almeida referiu que partilha do expresso na mesma e considera que tem muito mais peso se for uma posição unânime da Assembleia Municipal. Mais informou que, hoje mesmo, será conhecida uma nova listagem onde algumas alternativas já terão sido excluídas e saberemos se a hipótese de Santarém continuará a ser uma hipótese. Mais referiu que, sob todos os pontos de vista, para a nossa região, para o nosso concelho e até mesmo para o país, a hipótese de Santarém era, seguramente, a melhor escolha.

Relativamente à intervenção do vogal José Fernando Martins, apresentou pedido de desculpas pela não atualização do site da Câmara relativamente ao Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas e agradece a recomendação para a atualização do site. Em relação à estrada Aboboreira/Lameira, referiu que já conversou várias vezes com o vogal José Fernando Martins sobre esta situação, nomeadamente sobre a questão da sinalização da estrada e solicita que o Sr. Vereador Vasco Marques, com responsabilidade nesse pelouro, com os serviços, possa ajudar a resolver essa situação ou, pelo menos, mitigar o problema. Sobre as valetas da estrada municipal na povoação de Serra, referiu que fica a recomendação feita e os serviços terão os devidos cuidados relativamente ao assunto. Relativamente aos lotes da urbanização Outeiro da Forca, referiu que a Câmara também é responsável pois há zonas comuns que foram cedidas para a Câmara e, na segunda-feira esteve no local pois foi alertado por um proprietário e a informação que tem é que, nestes dias, logo que haja condições para o efeito, irá ser feita uma intervenção. Mais informou que, no passado foram feitas notificações a proprietários dos lotes e tem havido alguma atenção, mas considera que o vogal José Fernando Martins tem razão, pois em muitas zonas as coisas não estão em condições e a Câmara também é responsável por essa matéria.

Relativamente à intervenção do vogal Daniel Jana, sobre a listagem das habitações devolutas, propõe que, ainda esta semana se marque uma reunião, para se fazer uma avaliação do assunto e em setembro, na altura de fixar o IMI, pudéssemos estar em condições de tomar decisões sobre o assunto. Em

relação à creche, referiu que continua a não ter novidades relativamente ao assunto, pois nada de novo lhe foi transmitido. No que diz respeito ao custo do serviço da Tejo Ambiente relativamente aos contentores das festas e eventos, informou que a Câmara já tomou uma deliberação e suportou custos anteriores relativamente a essa matéria e vai suportar os custos da Tejo Ambiente para apoio às associações, tendo em conta os valores em causa e já foi remetida para a referida empresa.

Relativamente à intervenção da vogal Carla Loureiro e sobre as associações, referiu que acompanha as felicitações às associações do concelho pelas suas atividades e considera que a Câmara, de uma forma muito efetiva, tem dado apoio às associações e acredita que não deve haver grandes razões de queixa sobre esta matéria. Em relação à questão concreta dos direitos de autor, informou que, já em tempos, houve uma reunião com a delegação de Leiria da Sociedade Portuguesa de Autores, no sentido de tentarmos encontrar um valor que abarcasse todas as iniciativas do concelho, mas eles não aceitaram e não foi possível chegar a acordo, e o apoio que a Câmara dá é o possível, sendo que poder-se-á avaliar outras situações, mas neste momento é esta a forma que temos de apoiar as associações e que considera ser significativa.

Relativamente à questão da entrevista da Sr^a arquiteta Elsa Severino, no jornal O Mirante, iniciou a sua intervenção referindo que todos temos dias maus e problemas mal resolvidos na nossa vida e não sabe se é esse o caso nem lhe interessa, mas ficou muito surpreendido com aquela entrevista e com o tom da mesma. Mais referiu que, ainda no sábado, almoçou com aquela Sr^a. na mesma mesa, cumprimentaram-se cordialmente, aquela Sr.^a ofereceu-lhe um livro no Natal, que deu ao Eng^o Louro pois era sobre as florestas, tem no telemóvel mensagens da mesma, de 2020, a dar-lhe os parabéns, a dizer que tem muita estima por si, por altura do covid, e depois vai dar uma entrevista onde diz que desde 2017 estão de relações cortadas. Mais referiu que, sinceramente, não consegue perceber, considera que isto está num domínio que não é a racionalidade, para além de que aquela parte da entrevista é um conjunto de erros e de mentiras que o chegam a surpreender, de uma pessoa por quem tinha consideração e alguma estima e que julgava que a mesma tinha um grau de inteligência relativamente médio. Mas a Sr.^a diz que foi a Ministra que veio à inauguração dos passadiços, e não foi a Ministra que veio,

fala de um Ministério que não existe, o Ministério da Coesão Social, fala de um Centro Social em Ortiga, que não existe, e como tal parece-lhe haver ali uma grande confusão naquela cabeça que merecia ter algum tipo de acompanhamento. Mais referiu que, indo em concreto às questões, considera que esta entrevista foi encomendada, e não é a primeira vez que esta Sr.^a dá entrevistas ao jornal O Mirante, não sabe se é uma tentativa de a promover, mas, sinceramente, e falar dela é dar-lhe a publicidade e o palco que ela não merece, porque, pelo que sabe, a mesma nunca fez nada pelo concelho que justificasse isto e desafia qualquer um dos presentes a dizer o que é que esta Sr.^a já fez pelo concelho, se a viram em algum sítio, nalguma coletividade, com um avental colocado, como alguns dos presentes andam muitas vezes. Questiona sobre o que é que esta Sr.^a já fez pelo Concelho de Mação para merecer este destaque e, por isso, considera haver aqui uma tentativa de apor em “bicos de pés”, provavelmente com outros objetivos, para lhe insuflar o ego, porque só uma pessoa com o ego insuflado é que pode terminar aquela entrevista a dizer que espera que a ouçam neste e em outros assuntos e questiona-se porquê, quem é a Sr.^a para merecer ser ouvida neste ou outros assuntos, que méritos temos de lhe reconhecer para esse efeito. Mais referiu que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ortiga, vogal Rui Dias referiu algumas questões, mas acrescenta que aquela Sr.^a fez, efetivamente dois estudos prévios para os passadiços de Ortiga, que começaram por influência do Dr. João Filipe junto de si e também com aquela Sr.^a, em 2014 ou 2015 e, realmente a Sr.^a fez os primeiros estudos prévios e a Sr.^a que diz que conhece tão bem o Tejo, no seu estudo prévio de 2017 (que mostrou presencialmente), reparem onde estão as lagoas (muito perto dos passadiços) e agora vem dizer que só os políticos doidos é que faziam aquilo que foi feito. Mais referiu que a Sr.^a diz ter feito uma remodelação ao seu estudo prévio de 2017 e efetivamente fez, em 2018, um outro estudo prévio, onde, realmente, conforme ela diz, (mostra aos presentes), mete grande parte dos passadiços junto à linha de comboio, conforme a mesma afirma, mas depois coloca outro tipo de passadiços precisamente no local onde estavam agora e é esta Sr.^a que vem dizer que, se fizerem os passadiços no mesmo sítio, elas vão por água abaixo, mas depois mente dizendo que fizemos um projeto que não têm estudos de engenharia e aquilo que o informaram é que há projeto de engenharia, e, mais

grave, diz que a Câmara foi com o projeto dela a aprovar junto da CCDR, o que é falso. Informou que foi com o arquiteto Rui Serrano, do Gabinete que fez o projeto, às Caldas da Rainha, falar com o arquiteto Carlos Castro, da APA, para apresentar o projeto que foi depois validado pela APA e pela CCDR e mostra os respetivos pareceres, de 2020, que deixa para quem quiser consultar. Referiu ainda que esta é a verdade dos factos relativamente a esta matéria. Continua referindo que, quem lê aquela entrevista, parece que aquela Sr.^a é uma benfeitora, afirma que trabalha gratuitamente, mas não trabalha porque fez o projeto de que o vogal Rui Dias aqui falou, em 2012 e o mesmo custou 28.290,00€ com IVA, projeto esse que o Presidente da Junta de Ortiga, vogal Rui Dias disse que não queria e que está quase todo pago. Mas quem lê a entrevista, a Sr.^a diz que trabalha gratuitamente para tudo, mas não trabalha, o projeto da escola, sobre o qual a Sr.^a dá a entender que está a dar os seus préstimos à sua terra, recebeu também 4.400,00€, não pagos diretamente pela Câmara, mas pagos pelo outro arquiteto que a Câmara contratou, porque entendeu que tinha havido ali um esforço da parte dela, numa primeira parte, seria justo que recebesse alguma coisa. Termina referindo que a única coisa que a Sr.^a fez “de borla” foram os estudos prévios dos passadiços, mas depois, a exemplo do que disse o vogal Rui Dias, vinha a fatura para fazer o projeto, a custos que, na altura, considerou não justificar, até porque tinha um Gabinete que fazia o projeto por menos. Mais referiu que esta Sr.^a tem todo o direito de estar frustrada, não percebendo com o quê ou com quem, mas aquilo que ela diz, naquele excerto da entrevista, em grande parte não corresponde à verdade e espera ter oportunidade, junto do jornal O Mirante, de esclarecer algumas destas coisas, mas não é consigo nem às suas cavalitas que a Sr.^a vai ter a projeção que considera que ela não merece. Mais referiu que as pessoas de Ortiga que vejam e lhe deem o carinho que ela merece pois parece muito necessitada disso, mas no seu caso sempre a tratou com lisura, sempre falou olhos nos olhos com ela conforme é seu hábito e, relativamente àquilo que achava que era, em cada momento, importante dizer, sempre o fez e não tinha nenhuma obrigação para com ela que não tivesse sido feita. Agradece o estudo prévio dos passadiços que foi feito por ela, as ideias que foram aqui deixadas, mas vir dizer que aproveitámos os projetos dela para ir buscar dinheiro e que trabalhou sempre gratuitamente, isso é mentira e considera o que foi dito na

entrevista uma ofensa a si, ao seu caráter, aos políticos em geral e à população de Ortiga e àqueles que andaram no terreno a tentar arranjar soluções e considera perfeitamente descabido o ataque que foi feito, pois não lhe assiste nenhuma razão e as relações pessoais estão cortadas.

--- O Sr. Vereador António Louro inicia a sua intervenção referindo que, ainda sobre o assunto da entrevista da arquiteta Elsa Severino, acabou por ser envolvido na procura de se fazer algumas alterações de consenso no projeto do Largo da Junta da Ortiga, no âmbito do Núcleo Museológico e considera que o que é efetivamente estranho é que essas alterações foram-lhe apresentadas e ela concordou com as mesmas e agora aparece aqui nesta entrevista a dizer que foi uma coisa que foi feita à revelia dela quando, em todo o processo houve sempre uma enorme consideração pela proposta dela, mas onde se procurou encontrar uma solução de consenso com a qual ela concordou na altura.

Continuou referindo que, quanto ao ponto de situação das AIGP's, as mesmas tiveram um momento muito especial em abril porque tivemos de apresentar as primeiras 5 propostas de OIGP (Operação Integrada de Gestão da Paisagem) que são projetos de ação de intervenção no território, que operacionalizam as AIGP e foram entregues as OIGP para as AIGP de Ortiga, Penhascoso, Envendos, Castelo e Amêndoa, que foram os primeiros a ser entregues dos 14 que tinham esta calendarização no país. Mais informou que fomos convidados para ir apresentar estes projetos, no dia 2 de maio de 2023, na Secretaria de Estado e na Direção Geral do Território, porque a própria estrutura está com necessidade de apreender a complexidade do processo, encontrar soluções, analisar os projetos pois, como é um processo que está a dar os primeiros passos, solicitaram-nos que o fossemos apresentar pessoalmente pois consideraram isso muito importante. Informou que estamos com níveis de adesão dos proprietários bastante significativos e superiores aos territórios que não têm cadastro, mas ainda assim estamos com níveis abaixo daquilo que nós gostaríamos e isso deve-se ao facto de que nós só começámos a colocar a questão da manifestação de intenção de adesão, nem sequer é a adesão formal, a mesma far-se-á de um modo muito mais formal, através de um contrato, e, neste momento estamos a pedir a entrega de uma declaração de intenção, na qual é referido as propriedades que possuem e a sua vontade,

para o futuro, sobre essas propriedades, se pretende fazer a gestão diretamente ou se pretende vir a ceder essa gestão à entidade gestora e, até ao momento, a esmagadora maioria dos proprietários que entregaram as declarações é a vontade de aderir e de ceder a gestão à entidade gestora e, cerca de 95% dos proprietários que aderiram querem fazer a gestão dos quintais à volta de casa e o resto propor-se à gestão conjunta. Mais informou que há ainda uma coisa que ainda não foi completamente entendida que é que os proprietários que pretendam fazer a gestão dos seus terrenos têm também de fazer a declaração, manifestando essa vontade e é um procedimento que está em contínuo. Em relação ao programa, em princípio a intenção era só para as pessoas manifestarem a intenção e depois percebemos que também podia ser, até para o futuro, uma forma da pessoa manter o seu contacto com o sistema e fosse uma porta de ligação para o futuro. Mais referiu que já enviou para o mail da vogal Carla Loureiro o link, referindo que o programa está praticamente pronto, está funcional e ainda não foi apresentado publicamente porque estamos a validar os conceitos de funcionamento porque não são muito expeditos e aquilo que gostaríamos era que a forma de preenchimento do formulário fosse mais fácil, pois é um preenchimento por passos, no entanto está lá disponível o link para a informação sobre as AIGP's, está lá um local onde a pessoa pode descarregar o formulário para o seu email e depois fazer o preenchimento manual e está criado um sistema em que a pessoa também pode ir ao mapa e identificar as suas propriedades no mapa e ficar com as suas propriedades marcadas no mapa do cadastro e fazer essa visualização, porque também estamos a preparar o sistema para que, no futuro, a pessoa receba a sua senha de validação e entre no sistema e verifique os seus prédios. Mais referiu que, como é necessário validar todo este procedimento, a pessoa começa por se identificar, depois recebe no seu mail um código de validação que, a seguir lhe é solicitado, sendo uma senha para que o sistema a passe a reconhecer como entidade reconhecida. Mais referiu que não é um processo simples, somos os primeiros no país a ter um processo destes e a DGT já solicitou o nosso projeto pois pode ser interessante para outros territórios que tenham as mesmas necessidades. Relativamente às restantes AIGP, as mesmas deverão ser apresentadas lá para setembro/outubro e, por isso, temos estado a fazer as solicitações aos proprietários destas primeiras 5

AIGP que venham agora porque temos recursos humanos limitados para fazer a receção de todos, é um crescendo e todos os dias nos chegam novos proprietários com a entrega das suas declarações, mas estamos a falar de um universo com muitos, muitos proprietários e que, naturalmente vai necessitar de tempo até se conseguir realizar tudo.

Relativamente aos simulacros realizados no Pereiro e em Chão de Lopes, no âmbito do projeto Aldeia Segura, agradeceu as felicitações e informou que é um processo que é preciso levar a muitos outros aglomerados urbanos do nosso concelho e tentaremos, ao longo do tempo, ir estendendo o mesmo aos restantes aglomerados e às restantes aldeias.

Relativamente às áquias e à questão colocada pelo vogal José Fernando Martins, referiu que as plantas invasoras são sempre uma luta muito difícil porque, pela sua natureza, são plantas que têm uma alta capacidade invasora do território e as áquias têm tido uma capacidade extremamente rápida de invasão do território, são extremamente bem sucedidas a adaptar-se às condições de Mação e temos pela frente uma luta tremenda para as próximas décadas. Mais referiu que só faz sentido tentar controlar as espécies invasoras se se estiver a preparar, para essas áreas do território uma gestão diferenciada para o futuro e, nesse sentido, quando a Câmara avançou para esta candidatura, fê-lo porque, simultaneamente, temos os projetos das AIGP's e encaramos esta intervenção como uma intervenção preliminar, que vai baixar a incidência das áquias, vai diminuir o seu impacto e, uma coisa é irmos hoje controlar áquias que têm 40 cm a um metro de altura e outra coisa é irmos a esses territórios controlar áquias com 4 metros de altura como já estão hoje em Chão de Codes e na Amêndoa. Salaria que, ao contrário de outras intervenções que foram feitas no âmbito dos incêndios florestais de 2017 e 2019, em que os financiamentos eram a 100%, nesta candidatura das áquias, a Câmara tem um auto financiamento de 10%, que é um valor bastante significativo, na casa dos 80 a 90 mil euros de financiamento municipal para fazer esta intervenção. Referiu ainda que, naturalmente, quando se intervém numa área de quase 700 hectares, em minifúndio, há sempre problemas e tivemos um problema muito sério com a questão dos marcos, tivemos de mandar parar os trabalhos e exigir que fosse feito um prévio levantamento da localização dos marcos e, só depois da alteração de procedimentos é que

deixámos que os trabalhos continuassem e, está previsto no âmbito deste projeto que, num espaço de 2 anos, volta a ser feita a intervenção nestes territórios e as plantas que sobreviverem agora, voltarão a ser controladas nesse período, mas, ainda assim, sabemos que não vamos ter um secesso absoluto e o que estamos a fazer é ganhar tempo, atrasar o processo de crescimento até que se consiga ter um maior controlo sobre o território.

--- A vogal Cláudia Cordeiro interveio para referir que, ainda sobre a entrevista da arquiteta Elsa Severino, e sendo natural de Ortiga, e trabalhando desde sempre para o bem da sua terra, considera que as acusações feitas na referida entrevista são muito graves e era Presidente da Direção da Liga Regional de Melhoramentos de Ortiga, na altura, e nunca se sentiu, em momento nenhum, ultrapassada pela Câmara Municipal de Mação, nem pelo seu Presidente, nem como mulher nem como Presidente da Liga e, por isso, manifesta a sua solidariedade para com o Sr. Presidente da Câmara, Vasco Estrela.

--- O Sr. Presidente agradeceu as palavras da vogal Cláudia Cordeiro.

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

1) Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro. -----

O Sr. Presidente da Mesa deu conhecimento também da lista de reclamações e processos judiciais em curso, litígios arquivados ou pendentes da Câmara Municipal de Mação. Foi também dado conhecimento da listagem de ordens de pagamento e faturas para pagamento.

Em complemento à informação prestada, o Sr. Presidente da Câmara referiu que, relativamente à obra da responsabilidade da Tejo Ambiente, de abastecimento de água a Mação Norte, da Barragem das Corgas, está a correr bem e mantém-se a informação de que em junho/julho estará concluída e, parta da freguesia de Cardigos, dentro de dias, será já ligada a essa nova infraestrutura. Mais informou que também a obra para o abastecimento à zona sul já foi adjudicada, quer em Envendos, quer em Carvoeiro já estão estaleiros montados, da empresa que vai executar a obra e também se prevê que tudo corra conforme previsto e que esteja concluída até final do ano de 2023. Mais informou que as Águas de Lisboa e Vale do Tejo tem, neste momento, em concurso a conceção/construção das ETAR's de Envendos 1 e Cardigos, compromisso bem antigo e que já deviam estar em execução, mas infelizmente

ainda não estão. Informou ainda que, relativamente à Feira Mostra, tudo está encaminhado, está feita a contratação dos artistas e algumas infraestruturas e estamos agora com um novo procedimento para o resto, nomeadamente stands e casas de banho. Mais referiu, ainda relativamente à Feira Mostra, que a Câmara teve uma boa receptividade por parte das associações do Concelho, quer no que diz respeito aos espaços de restauração, quer no que diz respeito às atividades que estão previstas para esta Feira Mostra, que decorrerá entre dia 28 de junho e 2 de julho de 2023. Mais informou que está prevista e estamos numa fase de elaboração de estudos, para a criação de uma ULS na região do Médio Tejo e que irá abranger os municípios da área de convergência do Centro Hospitalar do Médio Tejo.

---O vogal José Fernando Martins interveio para referir que, no âmbito do ponto 1) da Ordem de Trabalhos, conforme já referiu em sessões anteriores, considera que, em relação à informação sobre os saldos bancários, o que deveria constar da informação era a conta corrente da conta bancária do município porque o extrato do banco pode não estar completamente atualizado, pois pode ter sido descontado um ou mais cheques entretanto, e gostaria que isto fosse visto pois os valores referidos podem não ser corretos.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 2) da Ordem de Trabalhos: **2) Análise, discussão e votação dos documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Mação, relativa ao ano de 2022;**

O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que, relativamente aos documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Mação, relativas ao ano de 2022, estamos perante um documento um pouco diferente, mais denso do que aquilo que era habitual ser apresentado pela Câmara e deixa uma palavra de felicitação à equipa da Câmara, nomeadamente à Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, que coordenou todo este trabalho, também com o contributo do Sr. Revisor Oficial de Contas (ROC) e, apesar do aspeto ser muito diferente relativamente àquilo que era habitual, diria que os resultados são mais ou menos os mesmos, no sentido de que a Câmara mantém uma trajetória de uma boa execução, de uma saúde financeira que pensa ser assinalável e com um grau de execução física e financeira com alguma relevância. Continuou referindo que naquilo que foi a

atividade da Câmara durante o ano de 2022, de uma forma geral e conforme vem dito no Relatório de Atividades, o executivo está bastante confortável com aquilo que foi a sua atividade e espera que a análise que possam vir a fazer da mesma vá, precisamente neste sentido.

- Na área da Ação Social, a Câmara assumiu desde dezembro, pelo que não tem grande significado, as competências nesta área, mas independentemente disso considera que um ano em que, uma vez mais a Câmara esteve muito presente naquilo que foram as necessidades, quer das famílias, quer das instituições, em particular das IPSS's, com um conjunto de apoios significativos, no sentido de poder ajudar e contribuir para poderem ultrapassar algumas situações que estavam e estão a atrofiar um pouco as suas atividades. Relativamente à área da Educação e Cultura, referiu que é mais que conhecido o esforço da Câmara nesta matéria e, para reavivar a memória, optámos este ano, uma vez mais, por elencar no documento uma série de apoios que a Câmara deu à comunidade escolar que, como o vogal José António Almeida, Diretor do Agrupamento de Escolas, acabou de dizer, vão muito para lá da colocação dos quadros interativos. Considera que é do conhecimento de todos a grande intervenção da Câmara na escola, junto da comunidade escolar e, o ano de 2022 não foi exceção e, um ano em que, desde abril, a Câmara assumiu as transferências de competências na área da Educação. Chamou a atenção para o documento, que tem um capítulo exclusivamente para estas áreas com transferência de competências, para melhor perceção deste envolvimento e daquilo que tudo isto acarreta. Mais referiu que, nesta área, a Câmara tem ainda muito trabalho a apresentar, com várias intervenções físicas e não só e destacou a requalificação da Escola Básica e Secundária de Mação, o Pavilhão, o Campo de Jogos da EB1 e as obras que ainda estão a decorrer no piso 0 do Museu e outras intervenções que foram sendo feitas. Mais referiu que não pode deixar de destacar as sessões de cinema ao ar livre, em todas as freguesias, que a Câmara quer voltar a fazer este ano.

Em relação à Floresta e Paisagem referiu que está a ser desenvolvido o trabalho das AIGP's, conforme o Sr. Vereador António Louro já referiu, que é um projeto que a Câmara entende como estruturante para o Concelho de Mação e, no qual está amplamente envolvida.

No que diz respeito às Obras e ao Património, chamou a atenção para o facto da Câmara ter tido mais de 30 empreitadas que foram lançadas em 2022, para além de um conjunto de intervenções por administração direta, que têm, como todos sabem, um peso enorme na estrutura da Câmara, apesar de já termos vindo a fazer algum esforço para que esse peso seja cada vez menor, sendo isso o que faz sentido para este executivo. Mais referiu que está também elencado neste documento um conjunto de obras com grande significado financeiro para a Câmara, onde, muitas delas não tiveram qualquer financiamento comunitário ou outro, nomeadamente a requalificação das Piscinas descobertas, a estrada Capela/Pereiro do Carvoeiro, que ainda não está concluída, a eficiência energética nas Piscinas cobertas, a reabilitação da Escola, do pavilhão, do Museu, o novo relvado sintético e outras requalificações no Campo de Futebol, a Pista da Boavista e a requalificação dos arruamentos em Vale da Mua e da Praia Fluvial de Ortiga. Deixou ainda uma referência ao trabalho desenvolvido pelo Gema, foi feito um novo procedimento para uma nova empresa nos dar assessoria nesta matéria e o Gema está agora a desenvolver mais atividades. Informou ainda que foram feitos melhoramentos no Centro de Formação para permitir para que o trabalho remoto pudesse ter ali algum desenvolvimento e isso está, felizmente, a acontecer e, neste momento, existe um contact center com mais de 20 pessoas lá a trabalhar e também algumas pessoas a trabalhar em espaço de coworking. Mais referiu que o Centro de Negócio está hoje com ocupação plena, não havendo nenhum espaço disponível e têm havido várias manifestações de interesse de pessoas para irem para aquele local desenvolver as suas atividades e é algo que a Câmara tem de trabalhar, no sentido, de acelerar, dentro do possível, a expansão da Zona Industrial das Lamas, de forma a dar resposta àqueles que nos procuram.

Em termos de Turismo referiu que tivemos um ano muito interessante no que diz respeito à afluência às nossas praias fluviais e naquilo que é o potencial do concelho em várias áreas, nomeadamente o Parque de Merendas do Brejo, baloiços, miradouros, as Rotas e outros locais que são, do nosso ponto de vista, uma mais valia para o nosso concelho. Deixa uma nota para a resposta que vários agentes do concelho dá, não ser a mais adequada àquilo que, eventualmente deveria ser.

Em termos do associativismo referiu o extraordinário papel que as associações do concelho têm desempenhado ao longo dos anos e 2022 não foi uma exceção, todos nós tínhamos receio de, após o covid, como estariam as associações em termos de dinâmica para poderem continuar a desempenhar este papel que desempenham no concelho e, felizmente, a esmagadora maioria delas estão com uma boa pujança, estão dinâmicas e com vontade de fazer coisas, o que se deve realçar e deixa uma palavra a todos aqueles que, de forma voluntária têm esse trabalho em prol das suas terras. Mais referiu que a Câmara teve condições para oferecer uma ambulância de socorro aos Bombeiros Voluntários de Mação, no valor de 60.000,00€.

Mais referiu que se tentou fazer algum trabalho de modernização administrativa e temos a intenção de requalificar o edifício da Câmara que já está com grandes maleitas e o projeto de requalificação encontra-se em execução. Deixa uma palavra de agradecimento a todos os trabalhadores da Câmara que, de uma forma geral, colaboraram muito abnegadamente para ser possível atingirmos estes objetivos.

Relativamente à situação financeira da Câmara e das Contas que aqui são apresentadas referiu que a Câmara teve, em 2022, um total de receita na casa dos 86%, tendo cumprido aquilo a que somos obrigados, o que considera ser uma boa performance e demonstra bem que as contas, quando foram feitas, foram bem feitas e aquilo que era a nossa previsão, foi cumprida. Mais referiu que tivemos uma evolução de receita, relativamente aos impostos diretos, de aumento de cerca de 5%, o que também pode significar algum dinamismo do concelho e tivemos uma receita de capital que baixou cerca de 17%, fruto da não utilização do empréstimo que a Câmara tinha contratualizado. Referiu ainda que foi pago cerca de 70% do que estava orçamentado, mais cerca de 5,9% do que no ano anterior, num ano em que a Câmara teve menos receita ou um valor de receita praticamente igual, facto que considera que deve ser devidamente sublinhado. Mais referiu que foi manifestado equilíbrio orçamental, ou seja, a receita corrente, relativamente às receitas de capital para o investimento, verifica-se um saldo positivo de 1,4 milhões de euros, que pensa ser também um valor interessante, que demonstra a situação muito confortável, em termos financeiros, da Câmara Municipal de Mação. Referiu ainda que existe também equilíbrio orçamental muito significativo uma vez que as receitas

são superiores às despesas correntes mais as amortizações, no valor de 1,3 milhões de euros. Chama a atenção para as despesas com pessoal, que está na casa dos 50%, tendo diminuído ligeiramente em relação ao ano passado e nestas despesas existe um dado novo que é a integração no Quadro de Pessoal da Câmara de mais de 30 trabalhadores do Agrupamento de Escolas, que vêm inflacionar este valor. Continuou, chamando a atenção para o aumento do ativo do município, na casa dos 2% e uma diminuição do passivo, do balanço, na casa dos 7,8%, cerca de 380.000,00€. Mais referiu que o resultado líquido do exercício é negativo, na casa dos 500.000,00 € e este saldo não seria negativo se não fossem as provisões que tivemos de fazer de mais de 508.000,00€, relativamente às contas da Tejo Ambiente. E relativamente a este assunto referiu que, vem mencionado no documento e também no Relatório do ROC, esta questão da dívida à Tejo Ambiente e a mesma será de cerca de 236.000,00€ pois, conforme também vem referido há um conjunto de dívida da Tejo Ambiente para com a Câmara que não estão ainda saldadas e as faturas da Tejo Ambiente estavam na Câmara, mas não tinham ainda sido pagas pois havia ainda a necessidade de fazer algum acerto de contas e, para cumprir a Lei, foi necessário fazer esta provisão, que vem influenciar também o valor final das contas. Termina referindo que esta dívida se traduz também, de uma forma muito clara e objetiva, em apoios à população, de apoio às IPSS's e é muito disso que reflete esta dívida. Referiu ainda que o prazo médio de pagamento estava, a 31 de dezembro de 2022, em 12 dias, enquanto no ano passado estava em 30 dias.

--- O vogal José Fernando Martins inicia a sua intervenção referindo que o executivo já nos habituou, ao longo dos últimos anos, a melhorias nos documentos de apresentação de contas e este é mais um exemplo disso. Continuou a sua intervenção referindo que é louvável o esforço que o executivo fez ao longo do ano de 2022 na recuperação do património da vila de Mação, nomeadamente a recuperação do Cine Teatro e Piscinas Municipais descobertas e é também uma realidade o apoio que dá às associações e todo o esforço que faz em manter este concelho vivo. Continuou referindo que, relativamente à execução orçamental, a execução da receita prevista de 86% é bom, mas por outro lado, a execução da despesa prevista é de 64% o que considera menos bom. Mais referiu que, relativamente ao saldo de gerência,

considera que, se grande parte do mesmo tivesse sido executado, também seria refletido naquela percentagem da despesa e poderíamos ter uma execução melhor da parte da despesa. Mais referiu que, em anos anteriores foi explicado pelo Sr. Presidente que parte daquele saldo se devia a obras em curso, que estava já executado, mas ainda não estava pago e, nesse sentido questiona se isso aconteceu este ano e se ficou algo por liquidar em 2022, que vá ser pago em 2023 e que vá absorver grande parte daquele saldo de gerência. Ainda sobre a execução orçamental, continuou a sua intervenção e, tendo em conta os mapas relativos à contratação pública e, efetivamente houve muita contratação pública durante o ano de 2022, ficou com dúvidas e parece-lhe que há muito fracionamento relativamente às obras, nomeadamente vários ajustes para a mesma obra e pela mesma empresa e, apesar de não lhe ter sido possível fazer uma análise muito detalhada, deixa este alerta. Mais referiu que gostaria de ser esclarecido sobre esta questão pois, da análise que faz dos mapas constantes neste documento é esta a impressão com que fica. Referiu ainda que, relativamente à certificação legal de contas, a mesma não tem sido publicada no site do município e, no seu entendimento, deveria estar publicada, a bem da transparência que se pretende. Ainda sobre a certificação legal de contas, referiu que a opinião do Revisor é com reservas, como já foi em várias certificações de vários anos anteriores e algumas dessas reservas são repetidas dos anos anteriores e, por isso quer-lhe parecer que as mesmas poderão ter sido ignoradas, pois algumas das recomendações do ROC já foram feitas em anos anteriores, nomeadamente a questão da inventariação dos imóveis do município, que já aparece em 2019, 2020, 2021 e agora em 2022, tendo até havido a expectativa do Revisor, que a passagem do POCAL para o CNC seria a oportunidade para resolver esta questão, mas o problema persiste, a situação do património persiste, bem como a questão das obras em curso. Mais referiu que as recomendações do ROC não podem ser ignoradas e chama a atenção para isso, pois há recomendações que se repetem ano após ano e as mesmas devem ser trabalhadas e corrigidas.

--- O vogal José António Almeida inicia a sua intervenção realçando a qualidade dos documentos apresentados, que considera serem os melhores de sempre, com grande detalhe e com toda a informação necessária para a análise detalhada da prestação de contas do município. Continuou a sua

intervenção felicitando o Sr. Presidente da Câmara pela sua mensagem inicial do documento que, se for lida com cuidado, aparece na mesma um resumo muito bem feito do que foi a atividade da Câmara no ano de 2022 e, sobre isto só podemos utilizar um adjetivo que é aquele que melhor caracteriza a atividade municipal, que é honestidade, porque vai ao encontro daquilo que são os eixos estruturantes que estiveram na base da sua apresentação aos eleitores e que o tem acompanhado ao longo do mandato, não tendo esquecido nenhuma das “âncoras” que apresentou como emblemáticas. Continua felicitando a Câmara e o seu Presidente pelo envolvimento que o executivo tem tido, e na pessoa do Presidente em particular, naquilo que tem sido o processo de transição na transferência de competências na área da Educação, que não é um processo fácil e o envolvimento pessoal do Sr. Presidente da Câmara tem facilitado essa transição e tudo está a correr bem. Mais referiu que, relativamente à execução, a execução da receita, com um valor de cerca de 86% parece-lhe um valor bastante interessante e, em relação à execução da despesa não se pode dizer que tenha sido um ano muito bom, mas também não se pode considerar um mau ano e, de certeza absoluta que houve muita limitação e muitas razões para que não tivesse sido possível uma execução da despesa com valores superiores aos atingidos.

--- O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que a questão do saldo de gerência, o que se passa é que a Câmara tinha e tem obras em curso que contribuem para o valor do mesmo e que, já no ano passado referiu, tem muito a ver com obras na área da floresta e tem a ver com as dinâmicas próprias da gestão da autarquia, aquilo que recebemos foi mais do que aquilo que gastámos e há sempre duas formas de ver as coisas. A Câmara tinha, no final do ano de 2022, cerca de 2 milhões de euros no banco mas consideramos que não podemos fazer coisas só por fazer e todos têm conhecimento das limitações que muitas vezes existem para se por as coisas a funcionar, os procedimentos concursais, a falta de mão-de-obra, a dificuldade dos próprios serviços que têm limitações próprias e as coisas nem sempre correm da forma que nós queremos e não tem sido hábito deste executivo estar a gastar só por gastar e existem equilíbrios orçamentais que somos obrigados a cumprir, temos cabimentos que somos obrigados a ter, tivemos um ano particularmente difícil, ainda com covid, com a guerra, com aumentos brutais no

preço de uma série de bens e serviços e, evidentemente, que também condicionaram. Mais referiu que, se o vogal José Fernando Martins vir com atenção, a grande parte das autarquias têm saldo de gerência com algum significado. Referiu ainda que não sabe como vai ser este ano e espera que possa melhorar e, considera que nada de decisivo ficou por fazer, o executivo conseguiu fazer praticamente tudo o que queriam, mas é verdade que há projetos e processos que gostaria que estivessem a andar de outra maneira e não estão, nomeadamente a requalificação da entrada norte de Mação, a requalificação urbana de Cardigos, que são obras que este executivo quer concretizar a breve prazo e que não tem conseguido, bem como o Núcleo Museológico de Envendos, que são coisas que o executivo considera que fazem sentido avançar com a brevidade possível. Relativamente ao mapa da contratação pública, referiu que parte do princípio que quando os serviços nos colocam documentos para podermos validar determinadas contratações públicas, os mesmos estejam em condições e, obviamente que a responsabilidade última é sua, mas parte desse princípio. Mais referiu que, nos termos do CCP, o facto de estarem muitas empresas ou a mesma empresa com várias adjudicações poderá ser por 3 maneiras, ou ajuste direto; ou consulta prévia; ou concurso público e isso poderá fazer diferença naquilo que é o cálculo global do valor que a Câmara pode adjudicar, em cada um, nos 3 anos e depois vai-se fazendo o respetivo abatimento dos anos anteriores. Em relação à certificação legal de contas e às reservas referiu que está plenamente de acordo com o vogal José Fernando Martins, é um fracasso da Câmara que assume, independentemente da responsabilidade que possa estar ou não a partilhada, a questão do património e de, anos após anos, não conseguirmos resolver isso e a questão das obras em curso que vêm referidas e que, realmente, não há razão para estarmos com obras em curso desde 2018 e 2019, obras essas que, daqui a pouco estão a necessitar de ter obras outra vez. Mais referiu que isto demonstra ineficácia e incapacidade dos serviços e considera que é o responsável e não consegue por as pessoas a fazer aquilo que tem de ser feito e assume essa responsabilidade, no entanto as recomendações do Revisor não são ignoradas, há sempre uma tentativa de melhorar e isso tem sido referido nos relatórios do ROC, e é um processo gradual que espera deixar ainda melhor no final do seu mandato.

--- Seguidamente o ponto 2) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria, com sete abstenções os documentos de Prestação de Contas da Câmara Municipal de Mação, relativa ao ano de 2022. Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 3) Ordem de Trabalhos: **3) Análise do Parecer do Revisor Oficial de Contas;**

O Sr. Presidente da Câmara referiu que este ponto já foi objeto de alguma discussão e, como o Revisor Oficial de Contas, Dr. Sérgio Gomes está presente na sala, poderá o mesmo fazer uma intervenção, se a Assembleia assim o entender.

--- O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra ao Dr. Sérgio Gomes, Revisor Oficial de Contas da Câmara Municipal de Mação.

--- O Dr. Sérgio Gomes referiu que é a primeira vez que está presente numa sessão desta Assembleia apesar de trabalhar com a Câmara já há alguns anos. Mais referiu que ficou contente por ter visto uma melhoria significativa do documento de prestação de contas. Em relação às reservas que têm vindo expressas nos seus relatórios referiu que 80% das Câmara deste país têm questões sobre o património e a Câmara de Mação, com o património que tem, terá sempre muita dificuldade nesse trabalho, que é um trabalho para demorar anos pois é um trabalho complicado e complexo. Mais referiu que os documentos de prestação de contas da Câmara espelham, quase em 100% aquilo que é a realidade económico financeira da mesma. Terminou a sua intervenção apresentando cumprimentos e referindo que foi um prazer ter estado presente.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 4) da Ordem de Trabalhos: **4) Substituição de representante da Assembleia Municipal na CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, eleito em sessão da Assembleia Municipal de 23 de fevereiro de 2021;**

O vogal José António Almeida iniciou a sua intervenção referindo que o representante da Assembleia Municipal na CPCJ de Mação que saiu tinha sido indicado pela bancada do PSD, pelo que lhe parece legítimo que seja a referida

bancada a indicar o seu substituto, que deverá depois ser colocado à votação e propõe o vogal Francisco Correia para substituir a Vanessa Albuquerque.

--- A Vogal Carla Loureiro interveio para referir que a bancada do PS está de acordo que a proposta de substituto para o membro que saiu seja apresentada pela bancada do PSD, não apresentando nenhuma proposta.

O Sr. Presidente da Mesa referiu que assim vai por à votação a proposta do nome apresentado para substituir o representante que saiu.

Seguiu-se a votação por escrutínio secreto tendo sido expressos 21 votos e a proposta apresentada tido 19 votos “SIM” e um voto “NÃO” e um voto em branco, tendo sido assim eleito representante da Assembleia Municipal na CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mação, em substituição de Vanessa Albuquerque, o cidadão:

- Francisco Correia

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 5) da Ordem de Trabalhos: **5) Análise e eventual deliberação sobre autorização de início do procedimento - processo n.º 33/2023 – Fornecimento continuado de refeições escolares para EB1 e JI de Mação – ano letivo 2023/2024;**

--- O Sr. Vereador Vasco Marques iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes. Continuou a sua intervenção referindo que a responsabilidade do fornecimento das refeições escolares é do município e todos os anos é realizado este procedimento, que é feito para cada ano letivo e a única diferença é que, em resultado da inflação, o valor deste procedimento aumentou e também por ter um carácter plurianual necessita da aprovação da Assembleia Municipal. Mais referiu que a Câmara tem acompanhado as soluções que o mercado nos oferece e também o desempenho das entidades que nos têm prestado este serviço, são cumpridas as regras no âmbito da nossa nutricionista e das restantes imposições legais e é um procedimento igual aos dos anos anteriores.

--- Seguidamente o ponto 5) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade a abertura do procedimento para

Fornecimento continuado de refeições escolares para a EB1 e JI de Mação – ano letivo 2023/2024.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 6) da Ordem de Trabalhos: **6) Análise e eventual deliberação sobre autorização da despesa - processo n.º 32/2023 – Aquisição de serviços de seguros;**

--- O Sr. Presidente informou que este ponto da Ordem de Trabalhos não carece de deliberação e ficará apenas para conhecimento dos membros da Assembleia pois o procedimento não é plurianual e o valor do mesmo está dentro das suas competências. Mais referiu que, se houver algo que queiram saber para além do que é constante dos documentos que receberam, está à disposição para esclarecer o que entenderem.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 7) da Ordem de Trabalhos: **7) Discussão e votação de proposta de 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Mação, para o ano de 2023.**

O Sr. Presidente iniciou a sua intervenção referindo que esta alteração prevê 3 alterações, a abertura de lugar para um licenciado, com licenciatura em Geografia e Planeamento Regional, por concurso externo e dois recrutamentos por via de mobilidade intercarreiras para licenciatura em Educadora de Infância e também para um Assistente Técnico. Mais referiu que a Câmara entendeu que tem necessidade de preencher estes lugares, o licenciado em Geografia e Planeamento Regional devido às competências que a Câmara vai ter, as AIGP's, a necessidade de termos cadastros atualizados e o facto de termos deixado de ter um técnico de SIG justifica esta contratação. Mais referiu que os outros dois têm a ver com funcionários da Câmara que podem desempenhar estas funções e, por isso será por via de mobilidade intercarreiras.

--- Seguidamente o ponto 7) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade a proposta de 1ª alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Mação para o ano de 2024.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 8) da Ordem de Trabalhos: **8) Discussão e votação de proposta de**

Regulamento para Atribuição Excepcional de Incentivos à Fixação de Médicos na Unidade de Saúde de Mação;

--- O Sr. Presidente iniciou a sua intervenção referindo que o executivo escreveu no Plano de Atividades para 2023 que gostaria de não ter de chegar ao ponto de entrar no “leilão” por médicos, mas infelizmente a nossa situação e este nível degradou-se no final do ano, fruto daquilo que todos têm conhecimento, um problema de saúde grave de um dos médicos que tinha um ficheiro muito considerável de utentes e também com a reforma de um outro médico e, perante isto e perante a inoperância das entidades responsáveis, o Ministério da Saúde, na resolução deste problema, a Câmara entendeu criar este Regulamento, a exemplo daquilo que muitos municípios já fizeram e estão a fazer também, neste momento, para possibilitar que o Município e o Centro de Saúde tenham médicos para responderem às necessidades das populações. Mais referiu que fazemos este incentivo, com um valor que pensa ser considerável do que tem conhecimento, 2.500,00€ por mês para um médico que trabalhe as 40 horas, vezes doze meses, o que dá um valor anual de 30.000,00€ e que poderá chegar aos 90.000,00€ se cumprirem os 3 anos de permanência. Referiu ainda que o objetivo da Câmara é que hajam médicos, e pensa que haverá, disponíveis para virem trabalhar para Mação, também por este incentivo, desde que, naturalmente, o Ministério da Saúde faça a sua parte, que é abrir as vagas necessárias e suficientes para que o Concelho de Mação possa ficar provido dos médicos para responder às necessidades da nossa população. Mais referiu que foi com agrado que ouviu o Sr. Ministro da Saúde, há poucos dias atrás, dizer que iria abrir todas as vagas necessárias para fazer face a estas necessidades, cerca de 900 vagas, mas infelizmente não bate certo com o número de médicos que terminaram agora a sua especialidade nesta área, cerca de 360, o que significa que podemos ter aqui somente cerca de um terço dos lugares a concurso providos, se contarmos só com estes médicos e partindo do pressuposto que todos aqueles que acabam a especialidade, vêm. Mais referiu que bem sabem, todos os presentes, a gravidade da situação que o Concelho de Mação está a viver, com pessoas, ao fim-de-semana à porta do Centro de Saúde às 5 e 6 da manhã, pessoas de vários concelhos pois os concelhos à volta não estão nada melhores que nós e está a ser feito um grande esforço pela médica que está, neste momento a

coordenar o Centro de Saúde, no sentido de que clínicos de outras localidades e que estão afetos a outros Centros de Saúde venham a Mação fazer fins-de-semana e fazer feriados e não sabe se esta situação se poderá manter durante muito tempo, se continuará a haver essa disponibilidade tendo em conta os valores que são pagos para eles cá virem, tendo em conta as férias que aí vêm e, portanto, considera que é extraordinariamente importante a aprovação deste Regulamento para que o nosso concelho possa ser “competitivo” nesta matéria. Mais referiu que também disse que a Câmara não iria regatear esforços neste sentido e considera que é isto que estamos a fazer, muito para lá do que são as competências da Câmara para o efeito. Informou que este Regulamento esteve em discussão pública, foi aprovado uma primeira vez em reunião de Câmara e depois com outros contributos, nomeadamente do Vereador Nuno Barreta também foi melhorado e está aqui para votação e, se for aprovado pela Assembleia Municipal, a Câmara irá proceder à sua publicação em Diário da República com a rapidez possível para que o mesmo possa produzir efeitos. Terminou a sua intervenção referindo que, obviamente, das primeiras pessoas a terem conhecimento deste documento foi a Sr.^a Diretora Executiva do ACES, que não manifestou nenhuma reserva relativamente ao mesmo e o então Coordenador do Centro de Saúde, Dr. Novais Tavares, teve também conhecimento do mesmo.

--- O vogal Duarte Marques iniciou a sua intervenção referindo que o Concelho de Mação viveu fora da realidade de muitos outros concelhos aqui à volta porque os seus médicos estavam todos mais ou menos da mesma idade e estávamos um bocado protegidos disto, mas nós sabíamos que, a prazo, isto iria acontecer em Mação, mas considera que mais vale acontecer agora do que há dez anos atrás e há concelhos à nossa volta onde isto já acontece há muito tempo. Mais referiu que a Câmara de Mação, graças à sua boa situação financeira dá-se ao luxo de usar uma verdadeira “bazuca”, há concelhos que ofereceram casa, outros ofereceram uma componente salarial superior e Mação vai dar um incentivo num valor muito elevado e considera que, com este montante de incentivo vai, com certeza haver médicos interessados em vir para Mação. Mais referiu que isto quer dizer que esta é a prioridade do Concelho de Mação, se calhar mais importante do que os passadiços, mais importante do que o alcatrão e a Câmara de Mação atravessa-se para além da sua

competência. Referiu ainda que o problema da saúde em Portugal é um problema de má gestão, é uma questão política, a falta de autonomia das unidades de saúde também agravou a situação e o que é um facto é que o governo, apesar de saber deste problema há muito tempo, não tem conseguido criar formas para que os médicos venham mais para o interior. Mais referiu que a Câmara, ao fazer isto cria aqui um desequilíbrio grande pois faz a diferença e acha que vão haver médicos a querer vir para cá porque, infelizmente, os médicos do setor público são mal pagos. Continua a sua intervenção referindo que, apesar do Sr. Presidente já ter dado conhecimento do Regulamento às entidades de saúde, gostaria de ter a certeza que este é um instrumento legal.

--- O vogal José Fernando Martins inicia a sua intervenção referindo que este assunto que temos aqui é fruto da falência do sistema e a culpa é deste governo e de todos os outros governos que não acautelaram esta situação. Mais referiu que este assunto é muito grave, mais grave até do que aquilo que possa parecer e está de acordo com o vogal Duarte Marques quando o mesmo afirmou que esta é a prioridade do Concelho de Mação e é aqui que vale a pena investir pois estamos a falar da saúde das nossas pessoas. Mais referiu que os serviços concentrados da Administração, deixaram de funcionar e começaram a mandar todas estas situações para cima das autarquias, nomeadamente das Câmara e até das Juntas de Freguesia e esses Órgãos Autárquicos têm de fazer “ginástica” com todos os problemas e o pouco dinheiro que têm, para conseguirem dar resposta àquilo que é a vida nas comunidades locais. Referiu ainda que esta era uma preocupação já há algum tempo pois era previsível que esta situação atingisse o nosso concelho e mais uma vez a Câmara é que tem de se chegar à frente para tentar resolver mais este problema, como tem feito noutras situações e a bancada do PS está solidária com esta medida e espera que hajam médicos disponíveis para vir trabalhar para Mação e ajudar as nossas pessoas.

--- O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que, relativamente à legalidade desta medida, referiu que a Câmara não está a pagar parte de um salário, o salário é pago pela ARS, de acordo com as categorias profissionais e estatuto e isto é um complemento, um incentivo e pensa que, como ninguém lhe sinalizou formal ou informalmente nenhum constrangimento, pensa não haver problema. Mais referiu que é verdade que

alguns colegas lhe colocaram essa questão e considera que podemos estar aqui numa situação de “andar sobre gelo fino”, mas considera que, neste momento, não temos alternativa senão arriscar, até porque há vários exemplos destes no país, bem como contratualizações com companhias de seguros, que também ponderámos mas a contratação de um seguro de saúde para a população não inclui exames complementares nem baixas médicas e por isso considera que este é o caminho mais certo, também para dar uma palavra de confiança para o Serviço Nacional de Saúde. Mais referiu que, em conversas aqui e ali tem ouvido “vêm tarde”, mas é preciso ter consciência que, como diz no Regulamento, este incentivo só será efetivo se aqui forem colocados médicos e a colocação de médicos não depende da Câmara nem da Junta, depende da ARS e nem sequer havia aqui vagas, por isso a Câmara podia oferecer qualquer montante e o mesmo não valia de nada se a ERS não abrisse aqui vagas, pois a Câmara não tem nada a ver com essa questão e só poderá dar este incentivo se, efetivamente forem abertas vagas e alguns médicos queiram vir trabalhar para cá e se candidatem a essas vagas. Referiu ainda que, como vem expresso no Regulamento que este valor é dado depois de termos a certeza, do contrato de trabalho estar estabelecido entre o ACES do Médio Tejo e o médico e com a obrigação do mesmo ir a todos os polos previstos no documento, sendo um processo articulado com o ACES do Médio Tejo.

--- Seguidamente o ponto 8) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade a proposta de Regulamento para Atribuição de Incentivos à Fixação de Médicos na Unidade de Saúde de Mação.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 9) da Ordem de Trabalhos: **9) Eleição de 2 suplentes para os representantes da Assembleia Municipal de Mação na Assembleia da CIMT;**

--- O Sr. Presidente da Mesa recebeu proposta de dois suplentes para representantes da Assembleia Municipal de Mação na Assembleia Intermunicipal da CIMT, tendo a bancada do PS indicado a vogal Carla

Loureiro e a bancada do PSD indicado o vogal José António Almeida, numa proposta conjunta.

O Sr. Presidente da Mesa referiu que assim vai por à votação a proposta recebida.

Seguiu-se a votação por escrutínio secreto tendo sido expressos 21 votos e a proposta apresentada tido 20 votos “SIM” e um voto nulo, tendo sido assim eleitos suplentes dos representantes da Assembleia Municipal de Mação na Assembleia Intermunicipal da CIMT, os cidadãos:

- Carla Loureiro
- José António Almeida

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

-----**ENCERRAMENTO**-----

--- E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa dá por encerrada a sessão e desta foi lavrada a presente acta que vai ser assinada na forma legal.

